

O atrevimento de se escrever em português

Rui Pereira*

João Rui Pita, Augusto Moutinho Borges e Luís Gonzaga Ribeiro (2019) (coord.): *Primeirs escritos de medicina, farmácia e enfermagem* (volume 22 da coleção «Obras pioneiras da cultura portuguesa», dir. José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais). Tradução dos textos latinos por José Carlos Lopes de Miranda. [S.l.]: Círculo de Leitores. 782, [10] pp. ISBN 978-972-42-5170-7. Preço: 24,99 €.

O volume que aqui analisamos reúne três obras científicas editadas em português no século XVIII. Trata-se dos primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem em língua portuguesa e, por isso, foram selecionados para figurarem no volume 22 da coleção «Obras pioneiras da cultura portuguesa», editada pelo Círculo de Leitores, sob a direção de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais.

O título da obra é esclarecedor, evocando o caráter pioneiro das obras em causa. São as primeiras tentativas de verter em língua portuguesa os conhecimentos, teóricos e práticos, de medicina, farmácia e enfermagem que circulavam em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Todas são objeto de uma edição atualizada, feita a partir da transcrição paleográfica direta das obras em causa, de modo a facilitar a um grupo alargado de leitores contemporâneos o acesso a textos de fases pretéritas da nossa língua. Pelo recurso à ortografia atualizada, o editor assume a função de mediador entre os textos temporalmente situados ao longo do século XVIII e os leitores atuais, facilitando, deste modo, o acesso a testemunhos de um passado comum que importa conhecer e respeitar.

O volume 22, com cerca de 792 páginas, encontra-se estruturado em função da datação das obras selecionadas e transcritas, da mais antiga para a mais recente:

1. *Farmacopeia Lusitana* (1704), da autoria de Caetano de Santo António (pp. 63-453);
2. *Postila religiosa e Arte dos enfermeiros* (1741), de Diogo de Santiago (pp. 455-628);
3. *Postila de anatomia* (1775), escrita com base nos ensinamentos de Manuel Constâncio (pp. 629-782).

A coordenação deste volume está a cargo de conceituados académicos, reconhecidos pelos trabalhos realizados no âmbito das três áreas das ciências da saúde recolhidas neste volume, concretamente João Rui Pita, na história da farmácia em Portugal, e Augusto Moutinho Borges, na história da enfermagem e

da medicina, tendo este tido, na edição da *Postila de anatomia*, a colaboração de Luís Gonzaga Ribeiro.

A edição atualizada das obras é antecedida por uma «Introdução», dividida em três partes —uma para cada uma das obras editadas—, da responsabilidade destes historiadores, e pela elucidação dos «Critérios de transcrição e edição», da autoria de Aida Sampaio Lemos.

Na Introdução, podemos encontrar uma síntese do *status questionis* das ciências da saúde sob escopo —farmácia, enfermagem e medicina (sobretudo do que diz respeito à prática e ensino da anatomia)— e do contexto que envolve a publicação de cada uma das três obras editadas. João Rui Pita fornece uma síntese do estado da questão da farmácia e dos medicamentos no século XVII e XVIII, destacando autores (boticários e médicos), tendências na preparação medicamentosa, drogas usadas, inovações terapêuticas, sistema de ensino/acesso à arte de boticário. Em seguida, Augusto Moutinho Borges apresenta uma fundamentada síntese da história e importância da Ordem de S. João de Deus no panorama das práticas médicas em Portugal e da história, estrutura arquitetónica e funcionamento dos hospitais militares no século XVIII. Por fim, Augusto Moutinho Borges e Luís Gonzaga Ribeiro fazem uma breve síntese do estado da «arte de curar» e do ensino desta nos séculos XVII e XVIII, com grande incidência no deficiente ensino ministrado naquela época, sobretudo na formação em anatomia, que não incluía a dissecação em cadáver humano. Na segunda metade do século XVII, Portugal passava ao lado da evolução que outros países europeus iam manifestando no conhecimento e nas práticas da defesa da saúde, sendo a prática da experimentação limitada e impedida por normativos religiosos. Só no início do século XVIII o nosso país começa a reagir ao atraso generalizado e acumulado do século anterior, seja pela multiplicação de publicações e de traduções de livros estrangeiros, algumas das quais relativas às ciências da saúde, seja pela constituição de associações de carácter científico.

O volume em análise põe-nos em contacto com obras editadas no século XVIII, século que viu transformar o pensamento científico e em particular a capacidade de as línguas ditas vulgares serem veículo transmissor para o conhecimento científico em diversas áreas do saber. Como sabemos, até esta época, a literatura científica era predominantemente escrita em latim, mas algumas línguas modernas tinham começado já a exercitar-se no sentido de se apropriarem do conhecimento científico e técnico. Nos séculos XVII e XVIII emerge também em Portugal a consciência da necessidade de se editarem obras científicas em português pelo desconhecimento do latim e de outras línguas europeias por parte de profissionais de várias áreas do saber¹. O conjunto de obras editadas neste volume comprova

* Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra / Celga – Iltec.(Portugal). Direcção para correspondência: rui.pereira@uc.pt.

exemplarmente que, ao longo de Setecentos, a ciência em português ganha entre nós, graças ao labor de um conjunto de autores esclarecidos, um estatuto cada vez mais importante face à tradição latina.

A primeira obra editada neste volume é a *Farmacopeia Lusitana*, publicada em Coimbra em 1704, a qual constituiu o termo *a quo* da literatura farmacêutica em língua portuguesa. Trata-se da primeira farmacopeia publicada em português, sendo seu autor Caetano de Santo António, boticário conventual do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra). Tal como outras farmacopeias, o seu objetivo principal era o de organizar a produção medicamentosa no nosso país, servindo de guia para médicos e boticários portugueses. Embora anteveja que o venham a considerar «atrevido» por empreender uma obra pioneira, especialmente por ser escrita em português, o autor toma essa tarefa como uma necessidade: «havendo farmacopeias escritas nas línguas latina, italiana, francesa, espanhola, alemã e inglesa, injusto parecia faltar um resumo desta arte escrito em o nosso nacional idioma, a benefício dos que aprendem, e ou totalmente ignoram ou são pouco versados, nas línguas estrangeiras» (p. 70).

A *Farmacopeia Lusitana* está estruturada em 12 partes, que o autor designa por «tratados». Fazendo parte do que se designa de «farmácia conventual», inicia-se a obra com a referência às plantas medicinais, ao modo de colheita e condições de conservação, seguindo-se vários tratados onde o autor define e distingue os vários tipos de medicamentos (Tratado I), elenca as drogas úteis para a preparação dos medicamentos (Tratado II) e o formulário usado nessa preparação (Tratados III a XII). Não sendo esta obra propriamente inovadora ao nível do conteúdo —limita-se a reunir informações de muitos autores, tanto clássicos como mais modernos—, a *Farmacopeia lusitana* iniciou uma nova etapa na literatura farmacêutica em Portugal. Com esta obra, inicia-se o caminho da oficialização das farmacopeias, que culminará em 1794 com a publicação da *Pharmacopeia geral*, a primeira farmacopeia oficial, refletindo a vontade e o poder normalizador do Estado na preparação dos medicamentos, na coleção e conservação das drogas e na prescrição médica, de acordo com a matriz racionalista da época (ver Pereira, pag. 98, neste volume).

A segunda obra, que tem o título *Postila religiosa e Arte de enfermeiros*, foi editada em Lisboa em 1741. Da autoria de Diogo de Santiago, frade da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, foi escrita em português para ensinar aos noviços da sua instituição as técnicas de enfermagem a serem exercitadas nos hospitais militares em Portugal. Trata-se de uma importante obra técnica que esteve ativa cerca de um século, entre 1741, ano da sua edição, e 1834, data da extinção das ordens religiosas em território português. Os ensinamentos incluídos nesta *Postila* eram ministrados no convento-hospital da praça-forte de Elvas, onde a Ordem Hospitaleira fazia a sua formação, e que, desde 1645, era um dos principais centros assistenciais do Alentejo, a par dos hospitais-conventos localizados nas fortalezas de Campo Maior e Olivença. Em Portugal, os reais hospitais militares, fundados e administrados pelos religiosos de São João de Deus entre 1645 e 1834, encontravam-se estrategicamente localizados ao longo da fronteira com Espanha, ou seja, nas principais zo-

nas geográficas de entrada militar e comercial em Portugal, que era necessário defender.

Se antes se ia para o hospital para bem morrer, a partir de S. João de Deus e das suas práticas, iniciadas em Granada em 1540, o hospital passou a servir para bem cuidar do corpo e (sobre)viver, sendo, por isso, considerado o fundador do hospital moderno. O modelo de hospital desenvolvido pelos religiosos joandeínos constitui um exemplo de orgânica assistencial, assente em enfermarias com grande altura, janelas para a circulação do ar e um número restrito de leitos, sem recurso às fumações das roupas e fumeiros anuais, comuns noutros hospitais. Entre as boas práticas da gestão do hospital, destacam-se ainda a limpeza das enfermarias e o lava-pés a quem chega.

Em relação ao cuidado a ter com os enfermos, a *Postila* é o primeiro e único livro a circular entre os religiosos com funções assistenciais, tendo-se mantido ativo mesmo depois da extinção das ordens religiosas em 1834. Nela, encontramos referências a uma prática assistencial passiva e não pró-ativa. Toda a prática assistencial era realizada nas enfermarias dos hospitais militares, não havendo, por exemplo, qualquer referência à recolha ou tratamento de enfermos no campo de batalha, cuja prática surge apenas nos finais do século XVIII.

O tratado II deste livro (pp. 503-554) é um verdadeiro manual de ensino da «Arte dos enfermeiros para assistir aos enfermos, com as advertências precisas para a aplicação dos remédios». Da sua leitura retiram-se indicações de como devem ser feitos os registos de enfermagem, da ordem e cuidados a ter na administração dos medicamentos e tratamentos, de como fazer ligaduras, dos procedimentos a observar em caso de hemorragias, das sangrias, dos vômitos e suores, dando até indicações sobre o que fazer na ausência do médico e do cirurgião.

Embora o enfermeiro seja visto neste livro como alguém que cuida da saúde do corpo e da alma do enfermo, e muito do receituário prescrito nos surpreenda pela utilização de alguns utensílios amedrontadores e de materiais repugnantes, como excrementos de rato em pó misturado com vinho para provocar o vômito ou teias de aranha para emplastos, esta obra representou um grande contributo para a afirmação da arte da enfermagem em Portugal. À época, considerava-se que era tão sábio o que curava como o que ensinava. As duas funções são interligadas nesta obra, cortando com a secundarização das funções do enfermeiro no panorama da história das ciências da saúde em Portugal. Constituiu, pois, um importante contributo para que, anos mais tarde, a enfermagem se afirmasse como uma autónoma e prestigiante profissão.

A terceira obra editada é a *Postila de anatomia*, de Manuel Constâncio (1726-1817), uma sebenta que alterou significativamente o ensino/aprendizagem da anatomia em Portugal. Nos séculos XVII e XVIII, a formação em anatomia ministrada em Portugal era escassa e não incluía, por exemplo, a dissecação em cadáver humano —as poucas que havia eram realizadas em carneiros—, aspeto criticado por António Ribeiro Sanches (1699-1783) na sua obra *O método para aprender e estudar medicina*². Essa prática só foi retomada em 1750, com a nomeação do francês Pierre Jazede Dufau Daressy como lente de anatomia no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa.



Extraña mirada 5

Dele foi discípulo Manuel Constâncio, o autor dos ensinamentos inscritos na terceira obra editada neste volume. De facto, a *Postila de anatomia* é o resultado das notas que os estudantes tomavam nas aulas deste ilustre cirurgião e professor. Esta obra nunca foi publicada, havendo dois manuscritos conhecidos com os seus ensinamentos, escritos sob a forma de sebenta, que discípulos seus transcreveram e perpetuaram: um de 1775 e outro de 1780. A edição apresentada no volume 22 segue a sebenta que o seu aluno Emanuel José Guedes transcreveu em 1775. Embora a escrita seja geralmente apressada e descuidada — não nos esqueçamos de que se tratava de apontamentos tomados por alunos nas aulas do mestre —, esta obra distingue-se pela simplicidade, clareza e rigor terminológico. Por exemplo, é bastante pormenorizada a descrição dos ossos e músculos. Em muitos casos, usa-se um estilo dialogal, sob a forma de perguntas e respostas, como o seguinte, que se encontra logo no início da obra:

«Que coisa é anatomia?

»É uma arte que ensina a conhecer a estrutura do homem por meio da dissecação de suas partes integrantes» (p. 633).

Em suma, *Primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem* põe à disposição da comunidade científica um conjunto de três obras fundacionais em outros tantos domínios das ciências da saúde em Portugal. Trata-se de um livro que, interessando em primeiro lugar a todos os que se dedicam ao estudo e prática das ciências focadas, é relevante para a história da ciência e da língua portuguesa no século XVIII.

Se, por um lado, o exercício da farmácia, da medicina e da enfermagem é internacionalmente (com)partilhado, por outro, o conhecimento científico e a prática profissional apresentam

especificidades que se ligam à história de cada povo e de cada país. Ora, as obras editadas neste volume permitem-nos conhecer, de alguma forma, a cultura científica vivida no Portugal de Setecentos.

Notas

1. Luís António Verney (1713-1792), no seu *Verdadeiro método de estudar* (1746), dá-nos conta dessa alteração de pensamento. Sobre este assunto, ver também Pereira (2017).
2. «Entro nestas miudezas, porque me consta que existem Medicos e Chirurgoens em Portugal taõ presumidos e jactanciozos que pretendem ensinar a Anatomia, confessando ao mesmo tempo que nunca viraõ dissecar, nem preparar as partes de hum cadaver, nem de que modo se conservaõ, para servirem de ensino. He cegueira voluntaria, e fazer alarde da ignorancia» (Sanches, 1763: 52).

Referências bibliográficas

- Pereira, Rui (2017): «A afirmação do Português como língua de ciência: o caso da Botânica», *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, 19 (1): 113-126.
- Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal, publicada por ordem da rainha fidelíssima D. Maria I* (1794) (Tomos I e II). Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Sanches, António Nunes Ribeiro (1763): «Método para aprender e estudar a medicina», em António Ribeiro Sanches (1959), *Obras* (vol. I). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra, pp. 1-200.
- Verney, Luís António (1746): *Verdadeiro método de estudar* [...] (tomos I e II). Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle.